



DOS SERTÕES AOS QUARTÉIS: UMA ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA DOS MILITARES NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE REALENGO¹

Maria Carolina de Oliveira dos Santos ²

RESUMO

Este trabalho analisa o papel desempenhado pelas Forças Armadas, enquanto agente produtor do espaço urbano do bairro de Realengo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, sua interferência direta na construção e organização do respectivo bairro. A partir do ano de 1857, as longínquas terras realengas foram, paulatinamente, ocupadas por instituições militares, proporcionando a formação de um complexo militar de relevância nacional, que só foi totalmente desarticulado no fim dos anos 70. Com base nos relatórios do Ministério da Guerra e entrevistas realizadas com antigos moradores, foi possível traçar a evolução urbana do bairro, a partir da chegada das instalações militares, sobretudo a Escola Militar do Realengo (1905) e a Fábrica de Cartuchos (1898). Contudo, a configuração urbana de Realengo e adjacências, desenvolvida no auge da influência militar, ainda é observada atualmente, mesmo com a reutilização de determinadas áreas e/ou abandono de outras.

Palavras-chave: Realengo, Urbanização, Militares, Espaço Urbano, Forças Armadas.

RESUMEN

Este trabajo analiza el papel jugado por las Fuerzas Armadas, como agente para la producción del espacio urbano en el Barrio Realengo, en la Zona Oeste de Río de Janeiro y, en consecuencia, su interferencia directa en la construcción y organización del barrio respectivo. A partir de 1857, las tierras de los reales fueron ocupadas gradualmente por instituciones militares, previendo la formación de un complejo militar de importancia nacional, que fue completamente desmantelado a finales de la década de los 70. Con base en informes del Ministerio de Guerra y entrevistas realizadas con los viejos vecinos pude traer la evolución urbana del barrio, desde la llegada de las instalaciones militares, especialmente el Colegio Militar de Realengo (1905) y la Fábrica de Cartuchos (1898). Sin embargo, la configuración urbana de Realengo y su entorno, desarrollada en el apogeo de la influencia militar, la seguimos observando hoy, incluso con la reutilización de determinadas zonas y / o el abandono de otras.

Palabras clave: Realengo, Urbanización, Militar, Espaço Urbano, Fuerzas Armadas.

¹ Este trabalho é fruto da monografia, de mesmo título, apresentada ao Curso de Graduação Licenciatura em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 2020, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciado em Geografia, sob orientação do professor Dr. Maurilio Lima Botelho.

² Mestranda em Geografia pelo PPGGEO/UFRRJ e licenciada em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ, mariacarolsantos.geo@gmail.com.



INTRODUÇÃO

O bairro de Realengo, localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, chama atenção pela sua trajetória peculiar de urbanização, destoando da maioria dos bairros cariocas, ainda que também tenha experienciado este processo tardiamente integrando a área rural que ficou popularmente conhecida por “sertão carioca”³. Os primeiros registros históricos apontam para uma área pertencente à Coroa Portuguesa, porém com utilidade indefinida e distante dos interesses de ocupação da época. Integrante da antiga Freguesia do Campo Grande, era destinada a repouso de viajantes, pastagens e uso por aqueles que não possuíam suas próprias terras. É a partir de 1857, com a Escola Geral de Tiro, que este espaço recebe uma ocupação com maior planejamento e baseada nos interesses e necessidades das instituições militares.

A vinda das primeiras instalações militares permitiu a construção de um complexo militar que envolveu não só o bairro em questão, mas também as regiões adjacentes, proporcionando uma ocupação de maior velocidade e ordenamento conduzida pelo Estado. Os vastos terrenos, antes ocupados por pastos ou laranjais, deram lugar a aquartelamentos, campos de instrução e treinamento, escola de oficiais e fábrica de munições.

A Estrada Real de Santa Cruz, antigo caminho imperial, perdeu relevância com a chegada da Estrada de Ferro que acelerou o fluxo de produção e de pessoas, com a Escola Militar do Realengo (1905) e a Fábrica de Cartuchos (1898) novos moradores de origem proletária ocuparam a região, que já era impactada indiretamente pela Fábrica de Tecidos Bangu, localizada no bairro vizinho. O crescimento impôs a necessidade de novas obras de infraestrutura, assim desencadeando a construção dos primeiros sistemas de saneamento, iluminação, abertura de vias e instalações de equipamentos de saúde e educação. A história de evolução das Forças Armadas no Brasil, em especial do Exército, se confunde com a história do bairro de Realengo entre os anos de 1857 a 1977.

³Caracterização atribuída ao território da antiga zona rural do município do Rio de Janeiro. Esse termo foi popularizado na década de 1930 pelo naturalista Magalhães Corrêa (1936), fazendo menção às freguesias rurais de Jacarepaguá, Campos Grande, Guaratiba, Santa Cruz e Irajá. No final da década de 1980 essa expressão deixou de ser utilizada quando a região da atual Zona Oeste teve seu processo de urbanização intensificado. (SANTOS, 2019 p. 375)



No auge da presença militar, é justamente a partir da Escola e da Fábrica que as políticas de maiores impactos são apresentadas, destacando-se as políticas de habitação e organização espacial. O conjunto de obras e reformas realizadas pela administração pública como aterros, sistemas de saneamento, canalizações e drenagens, permitiu que novas áreas pudessem ser plenamente ocupadas, desencadeando um movimento crescente de valorização comercial e imobiliária. Junto à aceleração do crescimento populacional das freguesias urbanas, as vastas porções de terra disponíveis mostraram-se como aspecto determinante para o deslocamento destas instalações militares.

A evolução urbana do bairro de Realengo, assim como dos demais bairros com apelo militar, caminhou junto com o desenvolvimento de uma estrutura bélica bem consolidada. Após a chegada dos militares, até meados da década de 1930, a urbanização de Realengo ocorreu de forma o mais lenta, se comparado a outros bairros, apesar da forma diferenciada como foi impulsionada pelo Estado, com a participação ativa do Exército. É a partir desse período que se evidencia com mais fôlego o aprimoramento de uma estrutura urbana no bairro, com grande influência das instalações militares, principalmente a Escola Militar e a Fábrica de Cartuchos, e de maior intervenção do Poder Público na busca por mais ordenamento desta ocupação já em curso. O início desse processo de urbanização tem como seu marco a criação da Escola Geral de Tiro do Campo Grande, que inicia o fluxo das instalações militares para a região da Zona Oeste.

Essa aquisição de terrenos na Zona Oeste, que inicia com Exército, perdura até o século XX, onde também passa a contar com a presença ativa de outras forças militares (a Força Aérea Brasileira e a Marinha do Brasil) e forças auxiliares (a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar). Com a chegada dos militares, a região presenciou a face administrativa do Estado que não só possibilitou os primeiros sinais de urbanização como também a execução de plano mais elaborado de ocupação, ainda que lento, vinculado aos interesses nacionais. Com as instalações de instrução e de guerra, os campos desabitados viram a abertura de vias e estradas, comércio em maior fôlego, políticas de saneamento, iluminação, abastecimento, construção de unidades de saúde e educação. Portanto, pode-se admitir que os militares proporcionaram uma estrutura que



organizou a vida social em Realengo, extrapolando para regiões adjacentes, como no caso da Vila Militar, Marechal Hermes, Magalhães Bastos e Campo dos Afonsos.

A presença da Escola e da Fábrica foi elemento central para o desenvolvimento dos setores comercial e imobiliário: é justamente entre as décadas de 20 e 30 que é elevada a presença de armazéns, pensões, farmácias, alfaiatarias na região central do bairro. Esse crescimento se dá em função do aumento da circulação de pessoas, promovidos por alunos e funcionários dos aquartelamentos ali presentes. As áreas imediatamente ao redor da Escola Militar foram marcadas pela ocupação daqueles que possuíam maior prestígio social, como os pertencentes a elite e funcionários que ocupavam elevada posição hierárquica.

Sendo então possível identificar a conexão entre a expansão militar pela Zona Oeste, e outros trechos fundamentais do Rio de Janeiro, com a necessidade de aprimoramento de suas instalações, equipamentos e táticas. A consequência desse processo é a direta intervenção militar na organização de áreas significativas da cidade, justamente pela peculiaridade com que o Estado se apresentou e interferiu no espaço urbano, atendendo aos interesses de um grupo específico, e portanto exigindo maior entendimento da função histórica e social das Forças Armadas no Brasil.

Contudo, é importante destacar que a pesquisa sobre a trajetória fundiária do bairro em questão e seu desenvolvimento urbano não são temáticas novas, é possível localizar referências tanto em obras literárias como a de Noronha Santos (1965, 1981), e em trabalhos mais recentes como os de Fridman (1998, 1999). Apesar destes estudos apontarem a participação de tropas e instituições militares, às suas peculiaridades, movimentos políticos, aspectos sociais que determinam este modelo de ocupação na região são pouco aprofundados, com exceção dos trabalhos de Viana (2010, 2016), que aborda a temática com maior minúcia, ainda que a partir de uma perspectiva historiográfica.

Exatamente como destaca Fridman (1999), Realengo teve uma trajetória atípica, sua urbanização é iniciada a partir da constituição de um povoado agrícola que posteriormente passou a conglutinar diversos atrativos, em uma área que ficou marcada



pelas junções de interesses militares, industriais e residenciais, o que por si só chama atenção para os relevantes aspectos que requerem uma abordagem geográfica.

Esta pesquisa se justifica em primeiro lugar pelo seu caráter singular na Geografia, diante da possibilidade de atrelar diferentes aspectos, outrora encarados separadamente, diante de um mesmo objeto de estudo. Em seguida, e certamente com ainda mais relevância, se dá a importância de estudos que analisem o papel desempenhado pelas instituições militares e sua interferência direta na expansão da cidade do Rio de Janeiro em direção ao que veio se tornar a Zona Oeste. Olhar para os diferentes processos que envolvem as Forças Armadas enquanto instituição fundamenta a necessidade de uma ampla pesquisa sobre suas dimensões espacial, geográfica, política, social e paisagística da cidade do Rio de Janeiro (VIANA, 2010).

Contudo, mais cedo ou mais tarde, graças a uma visão mais complexa e ampla do objeto pode-se ter a oportunidade de enxergar zonas obscuras e mal conhecidas, certo silêncio com alguns assuntos e personagens sobre os quais não se fala e não se investiga apesar de estarem presentes e por longo tempo em nossa paisagem. Este é bem o caso das organizações militares enquanto agente modelador do espaço urbano do Rio de Janeiro, pois sua importância estratégica, política e econômica para o país sempre teve por consequência a militarização de diversas partes da cidade. (FERNANDES, 2006)

A possibilidade de abordar com maior detalhamento o papel destas instituições enquanto impulsionadoras do processo de estruturação urbana pode avançar na busca por respostas a antigas indagações, não somente na Geografia mas, em diferentes áreas do conhecimento. Ao identificar a presença e interferência das organizações militares na urbanização de diferentes áreas da cidade, se torna necessário analisar o seu papel enquanto um dos agentes modeladores do espaço urbano do Rio de Janeiro, e portanto deve-se buscar a compreensão de seus horizontes estratégicos, políticos e econômicos, em diferentes épocas, uma vez que apresentaram a militarização do espaço urbano como resultado.

Esta visão mais atenta ao tamanho da complexidade deste objeto de pesquisa pode ser precisamente a abertura para superar a impenetrabilidade em algumas temáticas. Sendo assim, entende-se que não basta somente observar a intervenção do Estado na construção do espaço urbano, é preciso ir além, superar a falta de informações e articular uma abordagem capaz de conjugar as diferentes perspectivas: espacial, política, social, paisagística e histórica da cidade do Rio de Janeiro.



METODOLOGIA

A presente pesquisa contou com uma etapa de revisão bibliográfica, onde foi levado em consideração os registros e análises já realizadas sobre esta região do Rio de Janeiro. Notavelmente existe uma dificuldade de localização de fontes e literaturas específicas que articularam a relevância das modificações nas forças com a trajetória de ocupação de parte da Zona Oeste do Rio Janeiro, em vista disso, a segunda fase da desta pesquisa consistiu no levantamento fontes históricas, em especial a análise dos relatórios do antigo Ministério da Guerra, disponibilizados pela Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. A terceira fase diz respeito a realização de diálogos e entrevistas em formato livre com moradores mais antigos da região e visitas de campo, a fim de reconstruir o espaço articulado no auge da presença militar. As entrevistas foram realizadas neste formato, permitindo que a partir de um breve direcionamento o entrevistado tivesse a liberdade para apresentar aspectos que julgar mais pertinentes a partir da sua experiência ao observar as diferentes fases do bairro.

REFERENCIAL TEÓRICO

Inegavelmente, o Rio de Janeiro cumpriu um papel central na geopolítica do país, permitindo às instituições militares ocuparem não somente um lugar de destaque, como também representassem uma das faces da interferência do Estado no processo de estruturação do espaço urbano. O caso de Realengo se apresenta de forma ainda mais singularizada, pois a construção do bairro se dá em função das necessidades de ampliação e modernização das instituições militares, sendo necessário estabelecer elos entre as realidades local e nacional.

Se as forças armadas fossem uma organização estatal comum, esta pesquisa seria apenas um estudo de caso da intervenção do Estado como agente modelador do espaço urbano. O problema é que as forças armadas têm particularidades inconfundíveis, o que requer uma compreensão teórica e empírica do papel histórico dos militares no Brasil. (FERNANDES, 2006)



A chegada dos militares e suas abastadas instalações coexistiram e influenciaram o crescimento do bairro de Realengo, impuseram uma lógica de ocupação do espaço que deixou marcas na paisagem até o presente e que atravessou diferentes aspectos da vida social de seus moradores.

Nelson da Nóbrega Fernandes defende justamente a importância de analisar o Rio de Janeiro a partir dos aspectos geopolíticos e militares, retomando um movimento que ficou concentrado nos estudos da fundação da cidade e seus primeiros anos coloniais. É exatamente pela forma peculiar de condução do processo de ocupação que as instituições militares se destacam e apresentam uma série de áreas com as quais possuem um vínculo excepcional responsável pela produção de espaços militarizados.

Os espaços militares têm uma grande força de permanência, num certo sentido comparável à das instituições religiosas e seus edifícios, bem como uma lógica espacial subordinada a seus interesses e objetivos particulares. Foram estes elementos que orientaram onde e como determinadas áreas da cidade passaram a ser incorporadas para o desenvolvimento de suas atividades. Assim, de leste a oeste e de norte a sul, o território do município está marcado por muitas instalações militares, algumas com a extensão de vários bairros, como nos casos de Vila Militar e Bases Aéreas do Galeão e dos Afonsos. São Cristóvão, Praia Vermelha, Realengo e Grajaú têm ou tiveram diferentes unidades militares, que não raro possuíam também vilas ou conjuntos residenciais. (FERNANDES, 2006)

O diferencial desta pesquisa é considerar a presença militar como uma representação estatal, regulada por seus próprios interesses, mas com a devida cautela para não reduzir as instituições militares a meros instrumentos políticos, mas sim às tratar no mesmo nível que exercem tal papel de destaque. É nesse ponto que as contribuições apresentadas por Abreu (1981) ao refletir o papel do Estado na evolução da estrutura urbana e o destaque para as particularidades inconfundíveis do papel histórico dos militares no Brasil apontados por Fernandes (2006) podem ser tratadas de maneira fundamentalmente complementares.

O estado não pode, pois, ser considerado como entidade superior e neutra. Embora não deva ser conhecido apenas como um mero instrumento político ou como uma instituição estabelecida pelo capital, o Estado expressa, na realidade, seu interesse. Daí é de se esperar que a ação pública venha a contribuir efetivamente para a construção diferenciada do espaço, provendo as áreas de interesse do capital e/ou das classes mais poderosas da cidade dos insumos que eles necessitam para crescer e se reproduzir. (ABREU 1981, p.581)



Diante disso se faz necessário compreender a relação dialética estabelecida entre o espaço e o tempo que se faz presente no processo de recuperação da memória local expressa em diferentes aspectos, inclusive de ordem espacial. Ainda revisitando a obra de Maurício de Abreu, desta vez em *Sobre a memória das cidades*, é possível assimilar que o processo de resgate da memória se dá de maneira incompleta justamente pela ausência de um dos seus pilares fundamentais, que é a incorporação da dimensão espacial. A Geografia é notoriamente capaz de contribuir para melhora significativa neste aspecto, superando esta limitação e lidando justamente com crescente apelo em forjar a identidade de um lugar. (Abreu, 1998 p.81)

Ao utilizar apenas memórias individuais para a reconstrução de um determinado lugar é comum se deparar com uma armadilha metodológica que ignora as inúmeras distorções do espaço geográfico, por isso as entrevistas realizadas ao longo desta pesquisas serão tratadas com cautela e articuladas com as demais fontes. Espaço e tempo necessitam ser abordados de maneira complementar. A memória de um lugar, assim como as em geral, se eternizam de duas principais formas: através de registros e arquivos históricos ou em inscrições na paisagem.

A análise das categorias tempo e espaço permite melhor contextualização das evidências do passado que ainda resistem no espaço. É nisto, também, que se pretende esta pesquisa ao visitar registros históricos, outrora pouca utilizados pela ciência geográfica, e confrontá-los com marcas vivas deixadas na área em questão. Evidentemente a memória de um determinado lugar jamais deve ser considerada um elemento neutro. Assim como o próprio lugar, seus vestígios precisam ser analisados a partir de quem o produziu, com quais intenções e quais os seus principais impactos.

Independentemente desses problemas, o fundamental é que nos conscientizemos que o resgate da memória das cidades não pode se limitar à recuperação das formas materiais herdadas de outros tempos. Há que se tentar dar conta também daquilo que não deixou marcas na paisagem, mas que pode ainda ser recuperado na instituição memória. (Abreu, 1998 p.41)

Ao longo do tempo as classes dominantes criam suas próprias instituições de memória, expressando o poder da sociedade em alterar o passado e forjar o futuro. Contudo, as Forças Armadas não destoam desta postura, e asseguram que os



levantamentos de sua trajetória sejam norteados por seus próprios relatos. Este fato de forma alguma inviabiliza a utilização de arquivos das próprias instituições militares, como é o caso dos relatórios do então Ministério da Guerra que serão utilizados nesta pesquisa, mas reforça a importância de um olhar ainda mais crítico dos fatos e interesses mais profundos.

Posto isto, também é necessário acentuar um debate fundamental sobre a forma que são constituídos os espaços. Ao observar a estrutura urbana é possível identificar um conjunto de formas geográficas, que conjugam tanto aparência quanto conteúdo e apontam a transição entre o passado e o presente. Nitidamente percebe-se este movimento ao olhar para as antigas edificações militares, algumas em condição de abandono e outras já com novas funções estabelecidas, mas que permanecem exercendo influência diante da organização social.

As formas, entretanto, não tem apenas uma aparência externa, mas também possuem um conteúdo, isto é, realizam uma função. E esta função é determinada exclusivamente pelo período atual de organização social. Formas antigas podem, pois, ser chamadas a realizar funções totalmente distintas daquelas para as quais foram criadas; podem, inclusive, desaparecer, se assim o determinar a dinâmica da organização social. (ABREU 1981, p.582)

Embora autores como Milton Santos (1992, 1997 e 1999), David Harvey (1996) e Maurício de Abreu (1998) destacam o quanto é extremamente necessário incorporar a dimensão temporal nas análises a respeito da organização espacial, ainda prevalece uma certa omissão nas pesquisas geográficas. A Geografia Histórica, que aborda o tempo com maior primazia, pode ser uma importante aliada nos estudos urbanos.

Santos (1997) chama atenção para a necessidade de analisar a cidade relacionando-a com o seu passado, afirmando então que o espaço é uma categoria histórica, cabe ao geógrafo concretizar esta abordagem, permitindo o fluxo entre múltiplas escalas espaciais e temporais. Reforçando justamente a ideia de atuação conjunta entre Geografia e História ao afirmar que “Geografia é a História no espaço e a História é a Geografia no tempo”

Produto histórico, o espaço confunde-se com o tempo. O espaço é o tempo histórico. Não o tempo-data. A noção kantiana de tempo como lugar da



história e de espaço como lugar da geografia, promovendo a separação entre tempo e espaço e entre história e geografia, só fez dar origem àquilo que Michel Foucault chamou de “espaço congelado”. O tempo histórico não é o tempo de relógio (tempo-data, tempo sideral) e o espaço geográfico não é o espaço das coordenadas geográficas. Embora a história embuta-se no calendário e o espaço geográfico embuta-se na rede de coordenadas (latitude e longitude), tempo e espaço são coordenadas da história. São as propriedades dessa matéria chamada conteúdo histórico” (MOREIRA, 1981 p. 90 apud Barros e Ferreira, 2009).

Barros e Ferreira (2009) se dedicam a tratar a importância de assegurar um olhar atento para a Geografia Histórica em busca de maior compreensão do espaço urbano, tendo como ponto de partida a escala bairro. Na medida que demonstram o grau de complexidade da análise multiescalar também é reforçada a importância da relação entre parte e todo, tempo e espaço, e as dimensões históricas e geográficas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a chegada dos militares, até meados da década de 1930, a urbanização de Realengo ocorreu de forma mais lenta, se comparado a outros bairros, apesar da forma diferenciada como foi impulsionada pelo Estado, com a participação ativa do Exército. É a partir desse período que se evidencia com mais fôlego o aprimoramento de uma estrutura urbana no bairro, com grande influência das instalações militares, principalmente a Escola Militar e a Fábrica de Cartuchos, e de maior intervenção do Poder Público na busca por mais ordenamento desta ocupação já em curso. O início desse processo de urbanização tem como seu marco a criação da Escola Geral de Tiro do Campo Grande, que inicia o fluxo das instalações militares para a região da Zona Oeste.

Essas terras foram adquiridas pelos militares de diferentes maneiras, desde 1857, a partir de negociações com a então Câmara Municipal, desapropriações, ou compradas diretamente de antigos foreiros. Essa aquisição de terrenos na Zona Oeste, que inicia com o Exército, perdura até o século XX, onde também passa a contar com a presença ativa de outras forças militares (a Força Aérea Brasileira e a Marinha do Brasil) e forças auxiliares (a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar).



Com a chegada dos militares, a região presenciou a face administrativa do Estado que não só possibilitou os primeiros sinais de urbanização como também a execução de plano mais elaborado de ocupação, ainda que lento, vinculado aos interesses nacionais. Com as instalações de instrução e de guerra, os campos desabitados viram a abertura de vias e estradas, comércio em maior fôlego, políticas de saneamento, iluminação, abastecimento, construção de unidades de saúde e educação.

A presença da Escola e da Fábrica foi elemento central para o desenvolvimento dos setores comercial e imobiliário: é justamente entre as décadas de 20 e 30 que é elevada a presença de armazéns, pensões, farmácias, alfaiatarias na região central do bairro. Esse crescimento se dá em função do aumento da circulação de pessoas, promovidos por alunos e funcionários dos aquartelamentos ali presentes.

As áreas imediatamente ao redor da Escola Militar foram marcadas pela ocupação daqueles que possuíam maior prestígio social, como os pertencentes a elite e funcionários que ocupavam elevada posição hierárquica. A medida que se adentrava ao bairro, nos arredores da praça Nossa Senhora da Conceição era observado a presença de imóveis duplos, combinando um espaço comercial na parte inferior e residencial na superior, possuíam em suas fachadas a data de construção assim como símbolos militares. Parte dessas edificações ainda integra a paisagem atual, mesmo que bastante deteriorada pela ausência de ações de preservação.

A partir da década de 30, é notável aceleração na dinâmica de ocupação e urbanização do bairro, com maior desdobramento entre os anos de 1950 a 1960 quando as últimas chácaras voltadas para o plantio de laranja foram totalmente desmembradas em loteamentos, em função da crise da citricultura como vimos anteriormente. É justamente nesse período que Realengo recebe novos empreendimentos imobiliários de baixo custo que foram ocupados por famílias oriundas das classes populares, militares e operários.

É a partir da primeira intervenção em habitação popular do governo de Getúlio Vargas que o bairro recebe seu primeiro conjunto habitacional de grande porte. As primeiras moradias foram entregues em 1943, possuíam os três andares residências com o térreo destinado a estabelecimentos comerciais. O Conjunto habitacional do Realengo, depois viria a ser conhecido por IAPI em referência a sigla do Instituto de



Aposentadorias e Pensões dos Industriários, a instituição responsável pela aplicação direta das políticas de habitação popular. O IAPI de Realengo foi uma das primeiras experiências de uma construção deste tamanho na história da política de habitação brasileira (Mangabeira, 1982). Na época os conjuntos possuíam em média 200 casas, entretanto está novo empreendimento na Zona Oeste recebeu um total de 2000 casas ao final de suas obras. O Conjunto ocupa cerca de 89 hectares, e atualmente possui 2.321 unidades habitacionais, sendo capaz de abrigar aproximadamente 12 mil moradores.

Também há registro das unidades habitacionais conhecidas como “próprios nacionais”, que foram conjuntos de casas e apartamentos cedidos a militares e funcionários de suas instalações em função da necessidade de residir próximo aos quartéis, agravada pela carência de transporte (reduzido ao sistema ferroviário). Este sistema de habitação foi pouco desenvolvido e apresentou baixo impacto na dinâmica urbana do bairro. A Fábrica de Cartuchos, diferente de outras unidades fabris do mesmo período, rendeu pouca atenção aos planos de habitação proletária. Além destas edificações dos próprios nacionais, localizada onde hoje funciona uma unidade do Supermercados Guanabara, havia outras poucas residências voltadas aos funcionários da fábrica localizadas na Rua General Sezefredo e na Rua Goulart de Andrade.

O grande complexo militar consolidado na Zona Oeste é colocado em xeque diante do processo de expansão e inovação do setor de instrução militar, quando a Escola Militar do Realengo foi transferida para o município de Resende em 1944. Com esse deslocamento, a instituição passou a ser chamada de Escola Militar de Resende e, a partir de 1951, foi denominada Academia Militar das Agulhas Negras, como permanece até o presente. A transferência da Escola Militar impacta toda a região, sobretudo o bairro de Realengo, que possuía grande prestígio pela referência na formação de militares de alta patente e, portanto, concentrava maior atenção e investimento em sua infraestrutura. Logo após a transferência, as edificações da escola foram ocupadas por diferentes organizações militares, impondo sucessivas mudanças que não garantiram a preservação de sua concepção original, atualmente este prédio abriga o Comando da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada e o 9º Pelotão da Polícia do Exército.

O deslocamento desta unidade de instrução militar também impactou diretamente no cotidiano de muitos moradores de Realengo e adjacências, já que um número



elevado destes moradores mantinha vínculo empregatício e, portanto, uma relação de dependência. Alguns destes trabalhadores receberam a proposta de manter seu trabalho na nova unidade em construção no interior do estado e, com isso, suas vidas tomaram novos rumos, mas ainda sob influência da estrutura militarizada.

A construção desse complexo militar, com destaque para o papel desempenhado pela escola e pela fábrica, se deu principalmente na região central do bairro, que recebeu as maiores edificações e também melhorias e obras de infraestrutura, apontando cada vez mais para uma configuração urbana mais complexa e desenvolvida. As regiões mais distantes, no interior do bairro, preservaram o aspecto bucólico da época de freguesia por mais tempo, e não tiveram acesso a um planejamento de ocupação como ocorreu na região central. Até meados do século XX, o Cemitério do Realengo, localizado na rua Murundu (atualmente localizado no bairro de Padre Miguel), era o único empreendimento sob administração pública, além disso toda esta área estava tomada por sítios e chácaras voltados para a produção agrícola, em especial o plantio de laranja.

O restante do bairro demorou para receber serviços de iluminação e abastecimento, assim como investimentos de mais fôlego em infraestrutura voltados para a habitação, demonstrando que o interesse dos governos da época, e principalmente do Ministério da Guerra, era consolidar um espaço capaz de atender seus interesses prioritários ao invés de elaborar uma plano de ocupação capaz de atender o tamanho crescimento populacional da região já previsto diante da crescente necessidade de mão de obra para atender as demandas das instalações militares. Podemos observar essa disparidade entre centro e “interior” no bairro através do relato de antigas residentes da rua Olímpia Esteves, localizada fora da região central do bairro. Apenas anos depois estas demais áreas receberam uma urbanização, porém desordenada e espontânea.

O deslocamento da antiga Escola Militar abriu espaço para a expansão da Fábrica de Cartuchos, que aumentou seu corpo de operários e sua produção em grande velocidade, conquistando ainda mais relevância e importância na organização social. Suas instalações, apresentaram a seguinte configuração enquanto esteve ativa até o ano 1977:



Área I - Localizado na rua Bernardo de Vasconcelos, esta instalação era voltada para as funções administrativas, como gabinetes de diretorias, chefias de tesouraria, almoxarifado e posto médico.

Área II - Localizada na Avenida Santa Cruz, concentrou a parte social da fábrica, ali havia a Escola Maternal e a Escola de aprendizagem industrial e a sede do serviço de transporte.

Área III - Localizado na rua Professor Carlos Wenceslau número 343, antiga rua Oliveira Braga, o maior terreno da fábrica abrigou a produção industrial e o conjunto de oficinas.

Área IV - Localizado na rua Princesa Imperial, cumpriu a função de armazenamento para munições e artigos explosivos, reunia diversos paióis

Este fortalecimento da Fábrica de Cartuchos refletiu diretamente na infraestrutura do bairro e na organização da vida social, já que passou a receber maior interferência das políticas de assistência implementadas pelos militares, a fim de atender as necessidades impostas nesse novo ciclo da ocupação da região. A indústria bélica foi responsável por garantir empregabilidade para um elevado número de moradores do bairro e das regiões adjacentes.

Ainda que tardiamente, a fábrica passou a desenvolver políticas sociais voltadas para atender os funcionários e seus familiares, ofereceu vagas em uma unidade escolar voltada para a educação infantil e garantiu subsídios para vestimenta e alimentação. Além disso, também ofertou formação profissional para jovens estudantes em sua Escola de Aprendizagem, com possibilidade de contratação futura, demonstrando seu interesse na manutenção da mão de obra local.

A Fábrica de Cartucho foi um importante empregador no bairro, garantindo possibilidade não somente para os militares, mas também para funcionários civis com vimos anteriormente, até o ano de 1977 quando seu funcionamento foi encerrado e seus bens transferidos para a Indústria de Material Bélico do Brasil.

Atualmente, as antigas instalações militares, aquartelamentos e residenciais de oficiais, tanto da escola como da fábrica, se encontram sob jurisdição militar, ausentes de políticas de conservação ou destacadas para uma nova função. É visível o avançado processo de deterioração em que se encontram, acelerado principalmente após o



fechamento da fábrica, acompanhado pela decadência do comércio e atividades, assim como a desordenada ocupação de áreas adjacentes.

As discussões acerca das novas possibilidades de utilização de áreas, ou até mesmo instalações, reanimam um debate fundamental sobre a forma que são constituídos os espaços. Ao observar a estrutura urbana de uma região é possível identificar um conjunto de formas geográficas, que conjugam tanto aparência quanto conteúdo e apontam a transição entre o passado e o presente. De modo claro percebe-se este movimento ao olhar para as antigas edificações militares, algumas em condição de abandono e outras já com novas funções estabelecidas.

As formas, entretanto, não tem apenas uma aparência externa, mas também possuem um conteúdo, isto é, realizam uma função. E esta função é determinada exclusivamente pelo período atual de organização social. Formas antigas podem, pois, ser chamadas a realizar funções totalmente distintas daquelas para as quais foram criadas; podem, inclusive, desaparecer, se assim o determinar a dinâmica da organização social. (ABREU 1981, p.582)

A dificuldade de acessar fontes não permite dimensionar adequadamente o tamanho dos reflexos desse período da ditadura civil-empresarial-militar no bairro de Realengo e adjacências. Dos moradores com os quais tivemos possibilidade de dialogar, pouco se menciona além dos fatos já publicamente conhecido como as prisões dos cantores Gilberto Gil e Caetano Veloso em instalações militares locais, ou a reconhecida utilização do 1º Batalhão de PE da Vila Militar como posto de encarceramento e tortura, especialmente entre os anos de 1969 e 1970.

O período da Ditadura coincide justamente com o período de declínio da concentração militar em Realengo, e logo, há maior fluxo de deslocamento tanto de instalações como de relevância para a já existente da Vila Militar. Contudo, é justamente nesse período se intensifica o controle da vida e das atividades sociais pela perspectiva militarizada, como por exemplo o aumento de atribuições da Polícia do Exército que recebe autoridades diferentes das que cumpria antes, desse período quando ainda era um desdobramento da atuação da Força Expedicionária brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Atualmente, determinadas práticas desde período prevalecem sob a argumentação de um suposto critério geográfico, o qual garante às Forças Armadas a função de



patrulhamento de vias e edificações. O não cumprimento das já definidas atribuições da PE, mesmo em áreas de jurisdição militar, permite a ocorrência de operações absurdamente equivocadas e do uso exagerado da força militar contra a população, como o casos recentes do assassinato do músico Evaldo Rosa⁴, em um operação cuja a legalidade é questionável e o assassinato de uma jovem de 19 anos⁵ que ultrapassou o bloqueio em uma das pistas na Vila Militar.

Os casos mencionados acima e inúmeras outras práticas que constituem o cotidiano dessas regiões demonstra a frequência a contrassenso de um policiamento repressivo e homicida, ainda que não seja empregado o decreto de Garantia da Lei e da Ordem. Evidenciando a face mais perversa do Estado mesmo quando não se trata de uma política de segurança rotineira, ao propor um conflito de funções para as forças armadas e seus patrulhamentos.

A influência das áreas militares na configuração urbana do bairro é observada até os dias atuais, as primeiras áreas ocupadas diante do planejamento e logística militar baseado na capacidade de atender demandas bem específicas, hoje destoam da atual paisagem da região central de Realengo.

O Campo de Marte ainda resguarda uma organização similar do período de sua inauguração, apesar de uma mudança clara na sua função, atualmente esse importante marco do bairro é utilizado para shows, eventos culturais e esportivos, sobretudo aqueles organizados por instituições públicas e oferecidos gratuitamente para os moradores. Apesar da manutenção ainda ser de responsabilidade militar, há pequenas aberturas ao conjunto da população que cotidianamente utiliza a área ao ar livre para a prática de exercícios físicos e atividades de lazer. Toda essa influência permanece não

⁴ A matéria elaborada pelo jornal El País discute a ilegalidade da operação militar que resultou no assassinato do músico Evaldo Rosa em 2018, que teve seu carro alvejado por 80 tiros enquanto passava de carro com sua família pela Avenida Brasil, na altura do bairro de Guadalupe. Os militares envolvidos nesta ação alegaram inescrupulosamente que os tiros foram disparados em resposta a um suposto ataque criminoso, alegação esta não possui provas concretas. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-01/a-desastrosa-operacao-do-exercito-que-levou-a-morte-deevaldo-rosa.html> Acesso 08 de nov. de 2021.

⁵ A reportagem elaborada pelo G1 relata o caso ocorrido em abril de 2019, onde dois jovens que ultrapassam o bloqueio montado pela Polícia do Exército nos arredores da Vila Militar foram baleados, um deles morreu no momento e o outro foi levado ao hospital. O ocorrido foi investigado pelas autoridades devido ao uso exagerado de força, e os militares insistem que se tratou de um acidente, pois o fuzil estaria torto levando os disparos, supostamente mirados no pneu da motocicleta, atingindo os dois rapazes. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/06/jovem-de-19-anos-que-morreu-apos-furar-bloqueio-do-exercito-no-rio-e-enterrado.ghtml> Acesso 08 de nov. de 2021



só como um testemunho da primeira estrutura urbana, mas também na construção da memória coletiva, à medida que se materializa nas homenagens feitas ao batizar inúmeras ruas com nome de antigos oficiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou a construção de um bairro que teve sua origem em um processo diferente dos marcos gerais da cidade do Rio de Janeiro, ao ser escolhido como uma área de intervenção prioritária das Forças Armadas ainda no período monárquico. A Chegada da Escola Geral de Tiro do Campo Grande abriu caminho para uma ocupação militar em terras realengas com seus vastos campos desocupados, adequado aos interesses dos militares da época e livre do conflito de interesses que vivencia a região central.

A construção de Realengo, enquanto esteve ativo o complexo militar, demonstrou a forma peculiar de urbanização desta parte do Rio de Janeiro, extrapolando seu ponto de partida e ampliando para novos espaços da antiga zona rural do município. Tanto a presença da Escola Militar quanto a Fábrica de Cartuchos, resultados de sucessivas modificações e substituições de outras instalações militares, foram marcos fundamentais na sua urbanização, conectando a história local com a nacional uma vez que transpassa os períodos entre monarquia e república.

A escolha de Realengo para receber as primeiras instalações militares influenciou não só a construção do bairro, mas também uma dinâmica militar para o município do Rio de Janeiro, ao projetar um corredor que atravessa a Vila Militar, o Campo dos Afonsos e chega a Deodoro. Interessante perceber que é justamente nessas áreas, e adjacências, que ainda é possível identificar os últimos vazios demográficos da cidade, muitos deles ainda sob jurisdição militar.

É fundamental que durante um longo período, até meados de 1930, as Forças Armadas foram a única intervenção de maior relevância na evolução urbana. Desenvolveu as primeiras políticas de habitação, ainda que pequena se comparada às futuras, e geração de emprego e formação profissional. Contudo, não se pode desvincular todas as transformações ocorridas como parte de um plano maior, nem



mesmo isentar os militares da responsabilidade de representação do Estado nas primeiras décadas de sua presença.

O Estado não pode, pois, ser considerado como entidade superior e neutra. Embora não deva ser conhecido apenas como um mero instrumento político ou como uma instituição estabelecida pelo capital, o Estado expressa, na realidade, seu interesse. Daí é de se esperar que a ação pública venha a contribuir efetivamente para a construção diferenciada do espaço, provendo as áreas de interesse do capital e/ou das classes mais poderosas da cidade dos insumos que eles necessitam para crescer e se reproduzir. (ABREU 1981, p.581)

Olhar para os diferentes processos que envolvem as Forças Armadas enquanto instituição fundamenta a necessidade de uma ampla pesquisa sobre suas dimensões espacial, geográfica, política, social e paisagística da cidade do Rio de Janeiro (VIANA, 2010). Portanto, ao estudar Realengo, sobretudo em seus primeiros anos de existência, se faz necessário compreender as diferentes atribuições históricas dos militares no Brasil.

O baixo número de produções acadêmicas, ou mesmo literárias, sobre a Escola Militar e a Fábrica de Cartucho, demonstram o pouco destaque com que é tratada. Sua construção e presença sinalizam importantes configurações da produção do espaço urbano, evidenciando o papel de agente modelador do espaço desempenhado pelas organizações militares. Mesmo após o desmonte do complexo militar do Realengo com a transferência da Escola Militar para o município de Resende em 1944 e a desativação da Fábrica de Cartuchos em 1977, as marcas estão para além de uma paisagem em má condição de conservação, elas fazem parte de um passado não tão distante da construção do bairro e da memória de seus moradores mais antigos, como se pode notar através do relatos ao longo deste trabalho.

Esta pesquisa carece de elementos que permitam preencher lacunas a fim de reconstruir com maior precisão a evolução urbana do bairro de Realengo e os bairros vizinhos, sobretudo no papel que esta área desempenhou durante os governos militares da ditadura civil-empresarial-militar, enquanto reuniu aquartelamentos e prisões. Seria essencial ampliar o trabalho de análise de registros e documentos militares da época, a fim de delimitar mais precisamente os interesses de utilização da área a partir da perspectiva daqueles que o fizeram. Assim como se faz necessário o aumento do



número de moradores entrevistados, na intenção de cobrir diferentes regiões, e, portanto, aumentar a precisão de informações.

Desse modo, concluímos este trabalho reforçando a necessidade de prosseguimento, assim como relevância de seu tema não só para fins acadêmicos mas como forma de preservação das origens de uma região inúmeras vezes esquecida pelo Poder Público e pelas produções intelectuais, ignorando seu papel fundamental no desenvolvimento da atual configuração espacial da Zona Oeste e do município do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Contribuição ao estudo do papel do Estado na evolução da estrutura urbana**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 577-585, 1981.

_____. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série, v. XIV, pp. 77-97, 1998.

BARROS, Paulo Cezar de; FERREIRA, e Fernando da Costa. **A importância do estudo da Geografia Histórica para a compreensão do espaço urbano**. Revista geo-paisagem, ano 8, n. 15, jan./jun. 2009.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **Os militares e o espaço do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em geografia urbana e geopolítica**. Scripta Nova – Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, v. X, n. 218. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-27.htm>. Acesso em jun. de 2021.

FRIDMAN, Fania. **As propriedades públicas no Rio de Janeiro**. America Latina en la Historia Económica. Mexico, v. 7, p. 49-71, jan./jun. 1998.

_____. **Donos do Rio em nome do rei - uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.



HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. Loyola, São Paulo, 6ª edição, 1996.

NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. **As freguesias do Rio antigo**. Introdução, notas e bibliografia por Paulo Berger. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

MANGABEIRA, Wilma. **Lembranças de Moscouzinho (1943-1964): estudo de um conjunto residencial operário**. In: Revista Dados, v. 32, n.º 2, 1982

_____. **Crônicas da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Inelivro, 1981.

SANTOS, Leonardo Soares. **A experiência da teoria das 'teses' na prática da lavoura: pequenos lavradores, militantes comunistas e luta pela terra no Sertão Carioca (1945-1964)**. Tempos Históricos (EDUNIOESTE), v. 23, p. 375-409, 2019

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo – Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. 3ª edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

_____. **A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 3º edição, Hucitec, São Paulo, 1999.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. **História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo**. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

_____. **A Fábrica de cartuchos do Realengo (1898 - 1977)**. In: Revista Digital Simonsen. Rio de Janeiro, n.4, jun. 2016. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen. Acesso em jun. de 2021